



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

UNIDADE: Superintendência da Polícia Técnico-Científica

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 195/2016

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Superintendência da Polícia Técnico-Científica, número SIC em epígrafe, sobre arquivo de negativos, fotografias e documentos do período da ditadura militar no Instituto de Criminalística.
2. O órgão demandado respondeu negativamente, registrando que até 1998 o Instituto estava vinculado à Polícia Civil do Estado de São Paulo. Em recurso, a interessada questionou qual órgão detém os aludidos registros. Ante o silêncio, apresentou-se recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015. Instada a sanar a supressão de instância, encaminhou a decisão de fls. 6, na qual indefere o pedido de acesso, reiterando a informação prestada anteriormente.
3. Em primeiro lugar, cumpre reconhecer que é o ente demandado responsável por avaliar a disponibilidade dos documentos solicitados, não podendo esta Ouvidoria Geral substituí-lo nesse juízo. No caso concreto, a informação de não possuir os registros a que se pretende acesso constitui resposta de natureza satisfativa, estando revestida de presunção de veracidade.
4. Registre-se que, nos termos do artigo 11, §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, o órgão público pode comunicar ao interessado não possuir a informação requerida, indicando, se tiver conhecimento, quem a detenha, o que não foi feito no caso concreto, presumivelmente por não se saber qual órgão seria responsável pelos registros documentais.
5. Assim, a análise das razões recursais demonstra que o objeto do recurso excede o pedido original, buscando descobrir qual órgão deteria os registros em questão, em inovação de pedido em grau recursal. Ilustrativo, nesse sentido, posicionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, última instância da estrutura recursal em âmbito federal, ao justificar a edição da Súmula 2/2015: “a alteração da




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

matéria do pedido de acesso à informação ao longo dos recursos, quando leve ao aumento do seu escopo ou à sua mudança de assunto, poderá não ser objeto de apreciação pela instância superior, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição, uma vez que o conhecimento de matéria estranha ao objeto inicial, quando levado à apreciação somente da última instância administrativa, pode levar à sua supressão, em prejuízo do administrado”.

6. Cabe mencionar que a Ouvidoria Geral do Estado entrou em contato com o Arquivo Público do Estado, buscando esclarecer se o mesmo deteria as informações solicitadas, tendo recebido resposta negativa. Ademais, está envidando esforços para verificar junto à Secretaria da Segurança Pública qual órgão seria responsável pelo acervo documental objeto do pedido, colocando-se à disposição da interessada.
7. Não obstante, deve-se reconhecer a inadequação da via recursal no presente caso, razão pela qual **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, III, da Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 29 de junho de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

GSC